



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 13 de janeiro de 2014

I

Série

Número 3

Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL, VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL, SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS, DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, DA CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES, DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Portaria n.º 1/2014

Regulamenta o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração regional autónoma da Madeira, adiante designado por Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL, VICE-
-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL,
SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS,
DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, DA
CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES, DOS
ASSUNTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO E RECURSOS
HUMANOS**

Portaria n.º 1/2014

De 13 de janeiro

A Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, veio regulamentar o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, no âmbito dos órgãos e serviços da administração central, no ano de 2013, traduzindo-se numa medida inserida no anunciado processo de reforma do Estado, sendo que o princípio subjacente ao mesmo é, sobretudo, a racionalização dos recursos humanos disponíveis nos serviços.

A adesão àquele Programa é voluntária, permitindo aos trabalhadores da administração central do Estado a rescisão do seu vínculo de trabalho, mediante o recebimento de uma compensação, calculada nos termos definidos naquela Portaria.

Nesta senda, impõe-se conferir esta possibilidade aos trabalhadores integrados nos órgãos e serviços da administração regional autónoma da Madeira.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 255.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o artigo 55.º e a alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, manda o Governo Regional da Madeira, pelo Presidente e Vice-Presidente do Governo Regional, pelos Secretários Regionais do Plano e Finanças, do Ambiente e Recursos Naturais, da Cultura, Turismo e Transportes, dos Assuntos Sociais e da Educação e Recursos Humanos, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

A presente portaria regulamenta o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração regional autónoma da Madeira, adiante designado por Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM, estabelecendo a sua duração, os requisitos, as condições específicas a aplicar e a tramitação do processo prévio ao acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Artigo 2.º
Definição

A expressão “departamento governamental”, mencionada no presente diploma, reporta-se aos departamentos do Governo Regional referidos no número 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro.

Artigo 3.º
**Requisitos de acesso ao Programa de Rescisões
por Mútuo Acordo-RAM**

- 1 - O Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM abrange os trabalhadores da administração direta e indireta da Região que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Tenham idade igual ou inferior a 59 anos;
- b) Sejam detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- c) Estejam inseridos nas carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional ou em carreira ou categoria subsistente, prevista no mapa VII anexo ao Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, ou, ainda, desempenhem funções para as quais seja exigida a titularidade da escolaridade obrigatória, ainda que acrescida de formação profissional adequada ou a titularidade do 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhes seja equiparado;
- d) Se encontrem pelo menos a cinco anos de atingir o limite de idade legal para aposentação que em cada caso lhes seja aplicável.

- 2 - Não são abrangidos pelo Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM os trabalhadores que, à data da entrada em vigor da presente portaria, se encontrem a aguardar decisão de pedido de aposentação ou de reforma antecipada.

- 3 - A adesão ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM tem por princípio a manifestação da vontade expressa do trabalhador, cabendo ao dirigente do órgão ou serviço desenvolver iniciativas no sentido de reforçar o cumprimento dos objetivos definidos para o respetivo departamento governamental, tendo, designadamente, em conta a determinação das áreas onde pode haver redução de trabalhadores sem afetar o regular funcionamento das atribuições da entidade empregadora pública a cujo mapa o trabalhador pertence, adiante designada por entidade empregadora.

Artigo 4.º
**Condições do Programa de Rescisões por
Mútuo Acordo-RAM**

- 1 - A compensação a atribuir ao trabalhador corresponde à remuneração base mensal, acrescida dos suplementos remuneratórios atribuídos de forma permanente, quando for o caso, calculados após as reduções que se encontrem em vigor no momento da sua determinação, nos seguintes termos:
 - a) Caso o trabalhador tenha idade inferior a 50 anos, 1,5 meses de remuneração base e suplementos remuneratórios de caráter permanente, por cada ano de serviço;
 - b) Caso o trabalhador tenha idade compreendida entre os 50 e os 54 anos de idade, 1,25 meses de remuneração base e suplementos remuneratórios de caráter permanente, por cada ano de serviço;
 - c) Caso o trabalhador tenha idade compreendida entre os 55 e os 59 anos de idade, 1 mês de remuneração base e suplementos remuneratórios de caráter permanente, por cada ano de serviço.
- 2 - A idade relevante para efeito do número anterior é a detida pelo trabalhador à data da entrada do requerimento referido no artigo 9.º.

Artigo 5.º
Remuneração base e suplementos
remuneratórios relevantes

- 1 - Para efeitos do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM, considera-se:
 - a) Remuneração base, a remuneração como tal caracterizada no artigo 70.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, bem como a remuneração ou retribuição base caracterizada enquanto tal em outros sistemas ou regimes próprios aplicáveis, designadamente, no caso de carreiras não revistas;
 - b) Suplementos remuneratórios, os atribuídos de forma permanente, como tal caracterizados no artigo 73.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que tenham sido auferidos, de forma continuada, nos últimos dois anos.
- 2 - A compensação é aferida pelas condições de remuneração e suplementos remuneratórios reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação.

Artigo 6.º
Tempo de trabalho relevante

- 1 - Para efeitos do cálculo da compensação a atribuir é contabilizado cada ano completo de antiguidade, independentemente da respetiva modalidade de relação jurídica de emprego público.
- 2 - Em caso de fração de ano, o montante da compensação é calculado proporcionalmente.
- 3 - Exclui-se do n.º 1 o tempo de serviço que já tenha sido objeto de indemnização por cessação do contrato de trabalho.

Artigo 7.º
Coordenação do Programa de Rescisões
por Mútuo Acordo-RAM

- 1 - O Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM é coordenado, em termos globais, pelo Vice-Presidente do Governo Regional, a quem compete a autorização final dos pedidos, obtido o acordo prévio do membro do Governo Regional da tutela.
- 2 - A gestão do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM tem ainda um responsável sectorial, a designar pelo respetivo membro do Governo Regional, a quem compete a condução interna do processo, designadamente, ao nível da definição dos objetivos para o respetivo departamento governamental e consequente concretização.

Artigo 8.º
Apoio técnico

- 1 - O apoio técnico ao Vice-Presidente do Governo Regional, para efeitos do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM, é prestado pela Direção Regional da Administração Pública e Local (DRAPL), em articulação com o serviço

competente em matéria de contabilidade dependente da Vice-Presidência, ao qual caberá a confirmação do cálculo da compensação a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º.

- 2 - A Secretaria Regional do Plano e Finanças prestará, para os efeitos previstos no número anterior, as confirmações sobre o cabimento orçamental da despesa que lhe forem solicitadas.
- 3 - A DRAPL disponibiliza na sua página eletrónica da Internet, em www.gov-madeira.pt/vp/drapl, o modelo do requerimento referido no artigo seguinte, bem como as orientações técnicas necessárias ao seu preenchimento.

Artigo 9.º
Requerimento e prazo

- 1 - Os trabalhadores abrangidos pelo Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM podem requerer, por escrito, a cessação do seu contrato de trabalho, entre 1 de fevereiro 30 de abril de 2014.
- 2 - O requerimento a que se refere o número anterior é dirigido ao Vice-Presidente do Governo Regional, o qual define, por despacho, o modo de entrega, os termos e os elementos que devem acompanhar o requerimento.

Artigo 10.º
Procedimento

- 1 - O requerimento a que se refere o artigo anterior é apreciado para verificação das condições de admissibilidade.
- 2 - A remuneração mensal e a identificação e montantes mensais de eventuais suplementos remuneratórios atribuídos de forma permanente, bem como a antiguidade do trabalhador, são objeto de declaração autenticada pela respetiva entidade empregadora pública, emitida após consulta à Caixa Geral de Aposentações, I.P. sobre a antiguidade do trabalhador, mencionando-se, na referida declaração, expressamente, a data e sentido da resposta daquela entidade.
- 3 - A entidade empregadora pública junta à declaração referida no número anterior o cálculo provisório da compensação.
- 4 - Em caso de decisão de aceitação provisória do pedido do trabalhador, a proposta é remetida ao membro do Governo Regional da tutela respetivo, para pronúncia, no prazo de 10 dias úteis, tendo em vista garantir o número global de postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atribuições cometidas aos diferentes órgãos e serviços do respetivo departamento governamental e para prestação de informação de cabimento orçamental da despesa inerente à referida decisão.
- 5 - Após a pronúncia do membro do Governo Regional da tutela é proferida decisão final sobre o requerimento.

- 6 - Quando seja autorizada a celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, a mesma é comunicada à entidade empregadora pública para os efeitos previstos no artigo seguinte.

Artigo 11.º Comunicação

- 1 - A proposta de acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas, contendo o valor da compensação a atribuir, é notificada ao trabalhador pela entidade empregadora pública, para, querendo, a aceitar no prazo de 10 dias úteis.
- 2 - A aceitação consta de documento escrito, sendo comunicada pelo trabalhador à entidade empregadora pública, para efetivação do respetivo acordo de cessação.
- 3 - Caso o trabalhador não comunique, no prazo referido no n.º 1, a decisão de aceitação da cessação do contrato, considera-se a mesma recusada, não podendo o trabalhador efetuar novo requerimento no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM.

Artigo 12.º Efeitos

- 1 - Nos termos do n.º 5 do artigo 255.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a aceitação impede o trabalhador de constituir nova relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestações de serviços com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso.
- 2 - A aceitação da proposta a que se refere o número anterior determina o impedimento do órgão ou serviço a que pertence o trabalhador, de proceder ao recrutamento de pessoal para idêntica carreira, categoria, ou área de atividade, consoante o caso, durante o período de dois anos contados da data da produção de efeitos da rescisão do contrato.

Artigo 13.º Colaboração

Os órgãos e serviços a que pertencem os trabalhadores aderentes ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-

-RAM fornecem à DRAPL e aos serviços referidos no artigo 8.º, os elementos por estes solicitados para instrução da decisão, devendo prestar toda a informação e colaboração necessárias.

Artigo 14.º Comissão de Acompanhamento

É constituída uma Comissão de Acompanhamento do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM, presidida pelo Vice-Presidente do Governo Regional, da qual fazem parte:

- a) Um representante da Vice-Presidência do Governo Regional;
- b) Um representante da Secretaria Regional do Plano e Finanças;
- c) Os responsáveis sectoriais por departamento governamental;
- c) Três representantes das associações sindicais representativas dos trabalhadores em funções públicas.

Artigo 15.º Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

O Programa de Rescisões por Mútuo Acordo-RAM pode ser aplicado, com as devidas adaptações, nos termos e condições previstos na presente portaria, aos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, se este órgão assim o resolver.

Artigo 16.º Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 9 de janeiro de 2014.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, João Carlos Cunha e Silva

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

O SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, Manuel António Rodrigues Correia

A SECRETÁRIA REGIONAL DA CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES, Conceição Estudante

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Francisco Jardim Ramos

O SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, Jaime Manuel Gonçalves de Freitas

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas.....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas.....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas.....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série	€27,66	€13,75;
Duas Séries	€52,38	€26,28;
Três Séries	€63,78	€31,95;
Completa	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: €1,83 (IVA incluído)